

Comissão aprova as emendas de Sarney

Da sucursal de
BRASÍLIA

Por 12 votos contra 5, a comissão mista do Congresso aprovou, ontem, o relatório e as emendas apresentadas pelo senador José Sarney (Arena-MA) ao projeto de reformas políticas do governo, sem o apoio do MDB, que apresentou declaração de voto em separado. A reunião durou, aproximadamente, três horas e foi tumultuada por acusações mútuas trocadas entre o relator das reformas e o senador Marcos Freire (MDB-PE), durante os debates sobre o AI-5. Na votação em plenário, que se inicia segunda-feira, não serão apreciadas as 12 emendas para as quais o MDB pediu destaque e foi derrotado.

A discussão do relatório do senador José Sarney foi retomada pelo senador Orestes Quêrcia (MDB-SP), que acusou o relator de "desconhecer o esforço legislativo do MDB para elaborar suas emendas". "Se o senador Sarney buscou alterações ao projeto não constantes das emendas, poderia ter adotado itens sugeridos pelo MDB, no sentido de conseguir abertura no campo social."

Também o senador Roberto Saturnino (MDB-RJ) criticou a intransigência do relator, alegando que a proposta governamental "não é apenas uma emenda à Constituição, mas uma reforma constitucional, pelo que não se poderia considerar impertinente qualquer emenda". Assim raciocinou o MDB, explicou o senador, ao oferecer emendas que reuniam sugestões de mudanças e vários positivos da Carta Magna.

"Sempre se falou em reforma da Constituição e se criou uma expectativa na opinião pública de que haveria modificações substanciais e não apenas uma emenda", afirmou Saturnino, revelando preocupação "com o desencanto que provocará na população a rejeição pura e simples de todas as alterações propostas pelo MDB. A situação já é tensa e o descontentamento pode gerar revolta", acrescentou. Ele defendeu

as proposições do MDB de cunho trabalhista oferecidas às reformas, passando a criticar a "corrupção generalizada que só não é pior do que as desigualdades sociais do País".

Em suas considerações finais sobre o projeto e seu relatório, o senador José Sarney explicou os motivos pelos quais considera as reformas importantes para o futuro político do País, defendendo as salvaguardas como "única fórmula possível para a sobrevivência do regime democrático". Voltou a repetir os motivos regimentais que o impediram de aceitar sugestões emedebistas ao projeto e culpou o próprio partido opcionista pelo ocorrido. "Porque o MDB não apresentou suas emendas separadamente" — indagou o senador, explicando que não podia dar parecer ao chamado "emendão" do MDB, porque o mesmo propunha dois substitutivos diferentes ao projeto original e "não sabíamos qual deles o partido queria realmente ver aprovado".

Depois de ligeiro atrito com o senador Orestes Quêrcia (MDB-SP) a quem protelou a concessão de aparte, o relator das reformas estranhou que "parlamentares votem contra um projeto que devolve soberania plena ao Congresso e a partir do qual partiremos para atender as grandes reivindicações do povo brasileiro". E acrescentou: "Acho que a oposição, de repente, se esqueceu do conteúdo do AI-5. Vou lê-lo para que não se repita que as reformas em estudo são piores do que o Ato."

Sarney iniciou a leitura do texto do Ato 5 e foi aparteado por Marcos Freire que interpeleou: "E quem foi que fez o ato?" — o relator prosseguiu sua leitura, enfatizando o dispositivo que permite ao presidente da República decretar recesso do Congresso, para mostrar que as reformas representam um avanço.

"V. excia., agora, o critica, mas por várias vezes tentou justificar a permanência do Ato 5 em vigor" — acusou Marcos Freire.

"Eu o desafio a provar, com os anais do Congresso, se alguma vez eu defendi o Ato" — retrucou, em voz alta, o relator das reformas, explicando que, desde que era governador do Maranhão, foi contra ele.

O senador pernambucano insistiu na denúncia e o relator das reformas retrucou-lhe que "embora criticasse o AI-5, v. excia. participou das regras do jogo que o mesmo impôs". Enquanto Sarney acusava Freire de "ocupar um lugar que talvez pertencesse a um dos líderes pernambucanos cassados pelo Ato", o secretário da Arena, Prisco Viana (BA) lembrou, também no tom alto em que se processava o diálogo: "Se o problema é histórico, senador Marcos Freire, também v. excia. foi favorável ao Ato, ao solicitar sua incorporação ao texto constitucional".

Em seguida, foi realizada a votação e os 12 arenistas presentes à comissão aprovaram o relatório do senador José Sarney, sob os protestos do MDB. Negando apoio ao parecer do relator, os representantes emedebistas apresentaram voto em separado, chamando a atenção para as emendas relativas à anistia, convocação de Constituinte, estabilidade funcional com manutenção do FGTS, eleições diretas em todos os níveis e outras rejeitadas pelo senador maranhense.

A representação do MDB solicitou, então, destaque de onze alterações constitucionais que apresentou e da emenda proposta pelo deputado Antônio Mariz (Arena-PB), visando que elas pudessem ser votadas em plenário, embora rejeitadas pelo relator. Caso aprovados os destaques, as emendas que restabelecem pleito direto a senador e governador, que concede voto ao analfabeto, que altera a distribuição de impostos entre União, Estados e Municípios, entre outros, poderiam ser incluídas ao projeto no plenário. Mas a maioria da Arena, evitando discutir o mérito das proposições, rejeitou todos os destaques.